

ENTRE INVISIBILIDADES E RESISTÊNCIAS: AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EJA

*Ígor Ferreira Dantas*¹
Claudionor Alves da Silva²

Eixo: Práticas educativas na EJA em diferentes contextos

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Relações Étnico-Raciais. Racismo Estrutural.

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva analisar a Educação de Jovens e Adultos e sua relação com o público que dela necessita, além de refletir sobre a importância de investir nessa modalidade da educação, compreendida como um direito e não como algo opcional ou apenas reparador destinado a sujeitos historicamente excluídos por uma sociedade que privilegia uma elite embranquecida.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 7,1% da população negra ainda não foi alfabetizada no Brasil. No caso da população branca, o índice é de apenas 3,2%. A comparação evidencia uma desigualdade expressiva, já que a taxa referente às pessoas brancas corresponde a menos da metade daquela verificada entre pessoas negras. Essa disparidade revela uma problemática que vai além do acesso à educação: reflete a histórica negação de direitos da população negra desde o período da escravização.

A relevância deste estudo, em uma perspectiva pessoal, está na necessidade de compreender como as relações raciais se constituem e se expressam nas práticas educativas. Em uma perspectiva social, reforçamos a importância de promover a inclusão e a valorização da diversidade étnico-racial no ambiente escolar. Para tanto, fundamentamos em Freire (1981, 1987 e 2018) e Gomes (2012 e 2017), além de documentos oficiais como a lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos e as Diretrizes Curriculares para as Relações Étnico-Raciais.

METODOLOGIA

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. E-mail: igorfer777@gmail.com

² Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. E-mail: claudionor.silva@uesb.edu.br

A realização deste trabalho se deu por meio do mapeamento das produções acadêmicas que têm como foco a Lei nº 10.639/03 e foi conduzido por meio da plataforma de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Utilizamos como descritor a seguinte expressão: *As relações étnico-raciais na EJA*. A partir desse termo de busca, constatamos que existe a produção acadêmica é significativa e bastante representativa.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados evidenciam que o analfabetismo no Brasil permanece diretamente associado ao não acesso à educação e afeta, sobretudo, pessoas pretas e pardas, reconhecidas pelo IBGE como população negra. Em 2022, havia 9,6 milhões de pessoas com 15 anos ou mais que não sabiam ler e escrever. Desse total, 59,4% viviam no Nordeste e 54,1% tinham 60 anos ou mais (IBGE). No recorte racial, 7,4% das pessoas pretas ou pardas com 15 anos ou mais eram analfabetas, percentual superior ao dobro da taxa observada entre brancos (3,4%). Entre aqueles com 60 anos ou mais, a taxa foi de 9,3% para brancos e 23,3% para pretos ou pardos, revelando desigualdades profundas no acesso à alfabetização.

Esses números refletem a histórica exclusão da população negra do sistema educacional, o que compromete não apenas o direito à educação, mas também o direito às aprendizagens. Nesse sentido, Freire (1983) ressalta que compreender a realidade é condição para que o sujeito formule hipóteses, encontre soluções e transforme sua existência. Para ele, o letramento e a leitura crítica do mundo são fundamentais para que a pessoa interprete sua realidade e construa meios para modificá-la, princípios que se contrapõem a uma educação meramente reprodutivista.

Ao analisar a Educação das Relações Étnico-Raciais na EJA, Passos (2020) aponta que o racismo estrutura as desigualdades sociais e econômicas no Brasil, definindo as condições de existência da população negra ao longo de gerações. O autor explica que o racismo institucional, ao se materializar nas práticas cotidianas, mantém uma estrutura que limita as oportunidades de 53,6% da população negra.

No campo educacional, Passos (2020) também problematiza o caráter hegemônico do currículo, que valoriza saberes eurocêntricos e desconsidera conhecimentos de outras matrizes culturais. Essa lógica influencia as práticas pedagógicas, a relação entre professores e estudantes e os conteúdos trabalhados na EJA, reforçando desigualdades e limitando a construção de uma educação que reconheça e valorize as identidades negras.

Assim, os resultados demonstram que a persistência do analfabetismo entre a população negra e as desigualdades nas práticas pedagógicas da EJA estão diretamente relacionadas ao racismo estrutural e institucional, evidenciando a necessidade de uma educação crítica, libertadora e comprometida com a equidade racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado evidencia que a Educação de Jovens e Adultos precisa ser reconhecida como um direito fundamental, especialmente para os sujeitos historicamente excluídos, e não como uma política meramente compensatória. Os dados mostram que o analfabetismo, que atinge de forma mais significativa a população negra, expressa as desigualdades estruturais presentes no sistema educacional brasileiro.

Mesmo com avanços legais e diretrizes voltadas à valorização da diversidade étnico-racial, as práticas pedagógicas da EJA ainda permanecem submetidas a uma lógica eurocêntrica que desconsidera saberes e vivências da população negra, contribuindo para o silenciamento histórico e para a manutenção do racismo estrutural.

Diante desse cenário, torna-se essencial fortalecer a EJA por meio de políticas públicas que garantam permanência com qualidade, currículos que reconheçam a pluralidade cultural e práticas pedagógicas emancipadoras. Por fim, os resultados deste estudo reforçam a urgência de compreender a EJA como instrumento de justiça social e como caminho para a construção de uma sociedade mais democrática e equitativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

BRASIL. **Ministério de Educação e Cultura**. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro e educação: redesignando e politizando a raça**. Campinas: EDUC, 2012.

PASSOS, Joana Célia dos; SANTOS, Carina Santiago dos. **A educação das relações étnico-raciais na EJA: Entre as potencialidades e os desafios da prática pedagógica**. Educação em Revista, v. 34, p. e192251, 2018.